



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026 - FLS. Nº 1**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**051/2026**

**90051/2026 (Compras.gov)**

**CONTRATANTE (UASG)**

**986713**

**REPARTIÇÃO INTERESSADA**

Secretaria Municipal de Gestão e Contratações Públicas

**OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS).**

**VALOR TOTAL ESTIMADO**

R\$ 277.854,89 (duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 26/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço global

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 2**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026**

**Processo Administrativo SEI nº 3530607.422.00011394/2026-42**

Torna-se público que a **Prefeitura de Mogi das Cruzes**, sediada na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, por meio do **Secretário Municipal de Gestão e Contratações Públicas**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, Decreto Municipal nº 22.144, de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal nº 22.435, de 03 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 22.449, de 11 de janeiro de 2024 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Os regulamentos supracitados encontram-se disponíveis para acesso no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5079/leis-de-mogi-das-cruzes>.

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS)**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor valor global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATSER mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do serviço existente e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Termo de Referência.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 3**

(terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.3.** A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.4.** Serão aplicadas nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido nas subdivisões subsequentes.

**2.5.** Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**2.5.1.** Considerando o valor global estimado, objeto desta licitação, se aplica a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

**2.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

**2.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 4**

**2.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9.** aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**2.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.1.** A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.8.** O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item **2.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** No que concerne aos itens **2.6.2** e **2.6.3**, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 5**

**2.10.** Não será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, tendo em vista a incompatibilidade do objeto com o modelo de atuação das cooperativas, especialmente quanto aos requisitos de subordinação, pessoalidade e habitualidade na execução dos serviços, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**2.11.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.11.1** Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**3.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 6**

no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens **3.4.1** e **3.4.2** subsequentes.

**3.4.1.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item **2.5**.

**3.4.2.** Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.2.** Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item **3.4.1** ou no item **3.4.2**, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**3.4.3.** Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**3.4.4.** Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte equiparada.

**3.5.** A falsidade da declaração de que tratam os itens **3.3** e **3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 7**

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor global

**4.1.2.** Marca / modelo (no que couber)

**4.1.3.** Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** Os licitantes NÃO poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

**4.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional,



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 8**

---

ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

**4.6.1.** Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

**4.6.2.** Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, bem como de funcionários envolvidos na execução contratual.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da aquisição.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 9**

---

a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (meio por cento).

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

**5.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 10**

ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 2.5.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 11**

---

**5.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

**5.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.19.2.2.** empresas brasileiras;

**5.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.19.3.** Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**5.19.4.** Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.19.5.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.19.6.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**5.19.7.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 12**

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

**5.19.8.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.9.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.10.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.19.11.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

**5.20.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**6.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 13**

---

**6.1.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**6.1.6.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

**6.2.** A verificação em cadastros de sanções alcançará a pessoa jurídica licitante e seus sócios, administradores ou responsáveis legais, apenas quando houver decisão administrativa ou judicial com sanção vigente que imponha a proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.4 deste Edital.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**6.6.1.** Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.6.2.** Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 14**

o item **6.6**, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item **7**.

**6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.7.1.** contiver vícios insanáveis;

**6.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

**6.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

**6.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

**6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**6.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.9.1.** O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**6.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 7, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 15**

---

**HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**7.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**7.4. Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**7.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**7.8. Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**7.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, com demonstração de que a empresa se encontra ativa;

**7.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 16**

Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**7.12.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (inexistência de débitos em dívida ativa) quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, ou, conforme o caso, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**7.13.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, relativos aos débitos inscritos em Dívida Ativa

**7.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**7.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**7.17.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**7.18.** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**7.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**7.20.** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

**7.20.1.** As empresas com sede no Estado de São Paulo deverão apresentar a Certidão de Distribuição



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 17**

de Falências, Concordatas e Recuperações expedida via sistema e-Saj, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), e também a Certidão emitida pelo seu sistema eproc, denominada "COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) - CÍVEL", podendo o Agente de Contratação diligenciar a sua complementação, de ofício, exclusivamente quando alguma delas não for enviada pelo licitante.

**7.20.1.1.** Sites para a obtenção das certidões do item 8.20.1, conforme os links disponibilizados pelo TJSP em <https://www.tjsp.jus.br/Certidoes/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia>:

a) sistema e-Saj: <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

b) sistema eproc: <https://certidoes.tjsp.jus.br/>

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.21.** Comprovação de aptidão da proponente por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, que comprovem que a licitante tenha prestado serviços similares ao objeto da licitação, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021.

**7.21.1.** Será aceito somatório de atestados.

**7.21.2.** Na hipótese de consórcios aplicar-se-ão as regras previstas no art. 67, §10 e §11 da Lei Federal 14.133/2021.

**7.21.3.** No caso de atestados obtidos em fornecimentos executados em consórcio serão considerados apenas os fornecimentos efetivamente executados pela licitante, comprovados com o termo de constituição do consórcio e/ou dentro de seu percentual de participação no contrato.

**7.21.4.** O(s) atestado(s) de fornecimento(s) deverá(ão) ser compatível(is) ao objeto.

**7.21.5.** Não será aceito nota fiscal como atestado.

### **OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**7.22.** Tratando-se de consórcio:

**7.22.1.** Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 18**

---

- b)** Finalidade do consórcio;
  - c)** Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
  - d)** Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
  - e)** Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
  - f)** Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
  - g)** Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
  - h)** Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.
- 7.22.2.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 7.22.3.** Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.22.4.** A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 7.22.5.** Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item **2**, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 19**

---

**7.22.5.1.** Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

**7.22.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**7.23.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**7.24.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que vigente e compatível com o objeto da licitação, devendo o licitante apresentar eventual documentação complementar não contemplada no referido cadastro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.25.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.26.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.27.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.28.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

**7.28.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.29.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 20**

mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.29.1.** A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.30.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.30.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.31.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.31.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.32.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

**7.32.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.32.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**7.33.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.34.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 21**

---

**7.35.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

**7.36.** Se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item **2.5**.

**7.37.** A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item **12** deste Edital.

**7.38.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o(s) licitante(s) será(ão) declarado(s) vencedor(es).

**8. DA OBRIGATORIDADE DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE FRAUDE À LICITAÇÃO E ATUAÇÃO DA LICITANTES EM CONLUIO:**

**8.1.** O Pregoeiro, Autoridade Superior ou Agente Público responsável pelo controle interno, poderá realizar diligências junto ao Portal Compras.gov, a qualquer momento do certame, ou mesmo após seu encerramento, para identificar eventuais indícios da atuação conjunta de licitantes (em conluio) e fraude à licitação, verificando, no mínimo, os seguintes aspectos:

**8.1.1.** Participação de licitantes distintas que tenham utilizado a mesma chave de acesso associada a um único representante (pessoa física) para registrar propostas no mesmo item ou lote no certame;

**8.1.2.** Registro de propostas e/ou lances, no mesmo item ou lote do certame, por duas ou mais licitantes que apresentem vínculos que possam indicar relacionamento prévio e atuação coordenada, tais como:

**a)** Submissão de propostas, lances ou documentos a partir de um mesmo endereço de IP (Internet Protocol);

**b)** Identidade de sócios, administradores, representantes legais ou procuradores;

**c)** Compartilhamento de endereço comercial, estrutura física, e-mail ou número de telefone, e outros dados congêneres;

**d)** Utilização do mesmo contador, ou consultor para a submissão da proposta, lances ou documentos.

**8.2.** Para a realização das diligências mencionadas no item **8.1**, o Pregoeiro, a Autoridade Superior ou o agente público incumbido do controle interno deverá:

**8.2.1.** Encaminhar solicitação formal ao Portal Compras.gov, por e-mail ou outro meio formal de comunicação escrita, requerendo as informações necessárias para a verificação dos aspectos listados



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 22**

acima;

**8.2.2.** Anexar aos autos do processo administrativo licitatório todas as comunicações realizadas com o Compras Gov, bem como as respostas e informações obtidas, inclusive os eventuais esclarecimentos prestados a respeito, pelas licitantes envolvidas.

**8.3.** A identificação de uma ou mais das situações descritas nos subitens **8.1.1** e **8.1.2**, analisada em conjunto com o comportamento das licitantes na submissão das propostas, fase de lances, envio de documentos, ou quaisquer outros elementos verificados no transcorrer da licitação, constitui indício de fraude ao caráter competitivo do certame e de atuação em conluio das licitantes.

**8.4.** A presença de indícios da atuação de licitantes em conluio, visando fraudar o caráter competitivo da licitação, ensejará a abertura de processo administrativo sancionatório pela Autoridade Superior, para os fins de aprofundamento da apuração e aplicação das penalidades cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na esfera cível e penal, e a comunicação do fato aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

**8.5.** Ocorrendo a hipótese dos itens **8.3** e **8.4**, o Pregoeiro, no exercício do controle interno decidirá pela imediata suspensão da licitação, para posterior adoção das medidas cabíveis, conforme o caso e, segundo o que estabelece a legislação vigente.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 23**

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação via e-mail para: [pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br) e [akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br).

## **10- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

**10.1.** Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

**I** - dar causa à inexecução parcial do contrato;

**II** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III** - dar causa à inexecução total do contrato;

**IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 24**

---

justificado;

**VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Pelas infrações previstas no **item 10.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

**I** – Advertência;

**II** – Multa;

**III** – Impedimento de licitar ou contratar;

**IV** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.2.1.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato;

**10.2.2.** A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 10.1**, observados os seguintes limites máximos:

**a)** nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

**b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

**c)** Em caso de não entrega do objeto: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

**10.2.3.** A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 25**

administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **10.1** deste edital.

**10.2.4.** A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item **10.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item **10.2.3** deste edital.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

**10.5.** As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

**10.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**10.7.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 26**

---

**11.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizadas por meio dos endereços eletrônicos: [pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br) e [akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br).

**11.2.1.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no Portal Compras.gov, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**11.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

**11.4.** A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.4.1.** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

**11.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**11.6.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

**11.7.** A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** - Os recursos necessários ao atendimento da despesa, correrão por conta da dotação nº:

**02.18.04.122.1800.2.210.3.3.90.39.00 / 77 - Ficha = 594**



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 27**

**Vínculo: 01.110.0000 - GERAL (Recursos Próprios)**

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.1.1.** Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**13.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

**13.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**13.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.7.** Os casos omissos operacionais relativos a sessão pública serão resolvidos pelo pregoeiro.

**13.8.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**13.10.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 28**

**13.10.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

**13.10.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.11.** Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

**13.12.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site da Prefeitura (<https://licitacao-mgcon.mogidascruzes.sp.gov.br>).

**12.13 .** Em caso de dúvidas poderá ser realizado contato telefônico através dos números: (11) 4798 - 5554 / 4798 -7438.

**13.13.** Os casos omissos serão dirimidos pelo **Secretário Municipal de Gestão e Contratações Públicas**, com observância da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 17.500/2018 com suas alterações posteriores.

**13.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 13.14.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
- 13.14.2.** ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
- 13.14.3.** ANEXO III-1 - Certificado de realização de visita técnica;
- 13.14.4.** ANEXO III-2 - Declaração de opção por não realizar a visita técnica;
- 13.14.5.** ANEXO IV - Minuta de Contrato

Mogi das Cruzes, em .... de..... de 2026.

**GUILHERME LUIZ SEVER CARVALHO**  
Secretário Municipal de Gestão e Contratações Públicas



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.OBJETIVO (art. 6º, inc. XXXIII, AL. A e art. 40, 1º da Lei 14.133/21, inc. I)**

**1.1.** Constitui objeto do presente Termo de Referência, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS).**

Item	CATSER	Especificação	Valor Global Estimado (12 meses)
1	8729	02.05.07.0036-3 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS), conforme constante neste Termo de Referência.	R\$ 277.854,89

**1.2.** Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATSER mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do serviço existente e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Termo de Referência.

**1.3. DEFINIÇÃO DO POSTO**

**1.3.1.** Os serviços de controle, operação e fiscalização de portaria, caracterizam-se pela efetiva cobertura do posto designado pela municipalidade, cujas atividades a serem desenvolvidas não se confundem com aquelas que somente podem ser desempenhadas por. profissionais regidos regulamentados por legislação específica, tais como: Lei Federal nº 7.102/83; alterada pelas Leis Federais nºs 8.863/94 e 9.017/95, pela Medida Provisória nº 2.184/01 e pela Lei Federal nº 11.718/08, regulamentada pelos Decretos nºs 89.056, de 24.11.83 e 1.592, de 10.08.95, pelas Portarias PDF nº 891/99, DFP nº 320/04 e DG/DPF nº 3.233/2012, bem como pela alteração do art. 193 da CLT dada pela Lei Federal 12.740/12.

**1.4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**1.4.1.** Os serviços serão desenvolvidos na Portaria do Próprio Municipal denominado CASEM (Centro de Apoio a Serviços Municipais), localizado à Rua Prof. Flaviano de Melo, 435, Centro, Mogi das Cruzes - SP, conforme regime interno e períodos apontados a seguir:



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 30**

---

**1.4.1.1.** Serviços fornecidos 24 (vinte e quatro) horas, por dia, períodos de 12 horas diuturnas, diariamente, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, ou seja, o posto não poderá ficar desguarnecido em momento algum.

**1.4.1.2.** A prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portaria, envolve a contratação de funcionários capacitados, que deverão:

**1.4.1.2.1.** Assumir o posto, devidamente uniformizado, e com aparência pessoal adequada;

**1.4.1.2.2.** Comunicar imediatamente ao Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**1.4.1.2.3.** Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, da GCM, da Polícia Ambiental, da CETESB, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse da municipalidade;

**1.4.1.2.4.** Operar equipamentos de controle de acesso, inclusive em meios eletrônicos;

**1.4.1.2.5.** Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

**1.4.1.2.6.** Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado, conforme disposto na Lei nº 9.453/97;

**1.4.1.2.7.** Fiscalizar a entrada e a saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões/cancelas fechados;

**1.4.1.2.8.** Controlar a entrada e a saída de veículos, empregados e visitantes, após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, na conformidade do que venha a ser estabelecido pela municipalidade;

**1.4.1.2.9.** Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados;

**1.4.1.2.7.10.** Fiscalizar e orientar o trânsito interno de empregados, visitantes ou pessoas, bem como dos estacionamentos de veículos, anotando eventuais irregularidades e comunicando o Departamento relacionado ao fato;

**1.4.1.2.7.11.** Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 31**

---

**1.4.1.2.7.12.** Colaborar com as autoridades competentes nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CASEM, facilitando, no que for possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

**1.4.1.2.7.13.** Registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

**1.4.1.2.7.14.** Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres;

**1.4.1.2.7.15.** Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;

**1.4.1.2.7.16.** Comunicar ao Contratante a presença de aglomerações de pessoas junto ao posto;

**1.4.1.2.7.17.** Repassar para o porteiro que está assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;

**1.4.2** O posto noturno, feriados e finais de semana do CASEM, deverão atender aos plantões específicos da Secretaria Municipal de Gestão e Contratações Públicas e que deverão seguir as mesmas normas preconizadas neste edital e no Regimento Interno do CASEM.

**1.4.3.** A Contratada deverá realizar serviços de qualidade possuir experiência no ramo em que atua, considerando que o bem patrimonial está localizado em uma área central com expressiva circulação de pessoas, movimentações de veículos no entorno do local. Se utilizar de métodos para assegurar padronização nos processos dos serviços contratados e para garantir as métricas de qualidade dos principais indicadores recomendado para os serviços de portaria e controle de acesso.

**1.4.4.** Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos, humanos e materiais, com vistas ao aprimoramento e manutenção da qualidade dos serviços à satisfação da municipalidade. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução.

**1.4.5.** Nos períodos noturnos, a vigilância deverá ser realizada também através das rondas, para inspecionar corredores, áreas internas das instalações do prédio utilizando-se de métodos como a GEOLOCALIZAÇÃO, tecnologia que identifica a posição geográfica exata do dispositivo do colaborador em tempo real (smartfone, computador, gps, redes de celular), é obrigatório o uso dessas ferramentas para aumentar a eficiência e garantir que as rondas estão sendo realizadas periodicamente a cada 1 (uma) ou 2 (duas) horas, a empresa deverá fazer o acompanhamento e emitir os relatórios das realizações das rondas. Os problemas surgidos, deverão ser relatados em livros Ata, em caso de ocorrência qualifiquaisquer danosntativa de invasão ao patrimônio público, além da comunicação imediata com as autoridades, a empresa contratada, também deverá



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 32**

---

manter um canal de comunicação e estar apta para prestar apoio in loco aos seus colaboradores e em casos de emergências como: problemas de saúde ou fatos externos ligados a familiares dos colaboradores que comprometam a sua permanência no local de trabalho, sinistros, arrombamentos, furtos ou quaisquer danos que acarrete prejuízos ao contratante.

**1.5 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

**1.5.1.** Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização da Ordem de Serviço o planejamento e dar início aos serviços contratados no respectivo posto identificado como CASEM, nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração Municipal;

**1.5.2.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**1.5.3.** Disponibilizar empregados em quantidade necessária, que prestarão serviços, uniformizados, portando crachá com foto recente;

**1.5.4.** Fornecer empregados qualificados em serviços gerais, controle, operação e fiscalização de portarias, digitação e operação de sistemas de controle de acesso, equipamentos de proteção, preenchimento de fichas e relatórios de atividades e ocorrências, controle de veículos e pessoas;

**1.5.5.** Capacitar e treinar a mão de obra a ser alocada no posto de serviço contratado com conhecimentos para operação em sistemas de controle de acesso, inclusive aqueles dotados por tecnologia de informação;

**1.5.6.** Fornecer empregados com instrução educacional condizente ao cargo.

**1.5.7.** Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

**1.5.8.** Manter controle de frequência/pontualidade, de seus empregados sob contrato;

**1.5.9.** Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale-refeição aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;

**1.5.10.** Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, sem ônus para os empregados, com os seguintes itens relacionados:

**1.5.10.1.** Duas calças, um cinto, duas camisas social e uma jaqueta ou japonsa todos personalizados com a identificação da empresa.

**1.5.10.2.** Sapatos com C.A (Certificação de Aprovação).

**1.5.10.3.** Guarda-chuva e capa de chuva.

**1.5.10.4.** Lanterna com pilhas ou baterias recarregáveis de uso profissional/segurança.

**1.5.11.** Assegurar que todo empregado contratado da empresa vencedora do certame, que cometer falta disciplinar, não será mantido no posto ou em quaisquer outras instalações da Prefeitura;

**1.5.12.** Atender de imediato, as solicitações da Administração Municipal, quanto às substituições de empregados, não qualificados ou entendidos como inadequados para prestação dos serviços;

**1.5.13.** Anotar em livro próprio e relatar ao gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade observada nos postos;

**1.5.14.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento do Regimento Interno do CASEM, relacionados à Segurança,



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 33**

---

Medicina do Trabalho, entre outras prevenções como de combate a incêndio nas áreas correlacionadas.

**1.5.15.** Respeitar a legislação trabalhista, cumprir rigorosamente as obrigações e os direitos aos trabalhadores regidos pela CLT, inclusive quanto a jornada de trabalho, entre outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional ou judicial.

**1.5.16.** A empresa deverá disponibilizar aparelhos de comunicação entre os porteiros e sua base (Telefone Celular, Rádio) e no posto 24 (vinte e quatro) horas, deverá, no período das 18 hs às 06 hs disponibilizar aparelho de controle tipo “alerta” para acionamento e botão tipo “pânico” para alertar a base em caso de urgência.

**1.5.17.** O Supervisor da contratada deverá efetuar contato com o responsável do CASEM, pelo menos 1 vez, durante a semana.

**1.5.18.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto relacionado a administração ou de terceiros, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

**1.5.19.** Nunca fornecer telefone ou qualquer outra informação de funcionários do CASEM e prestadores de serviços para terceiros.

**1.5.20.** Substituir, definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sempre que exigido pelo gestor do contrato, independentemente de justificativa, qualquer profissional alocado no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatório à disciplina pela autarquia, sendo vedado o retorno dos profissionais substituídos, às dependências do CASEM, por definitivo;

**1.5.21.** Comunicar ao CASEM ou gestores do contrato, por escrito, quando verificar condições inadequadas dos serviços ou na iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

**1.5.22.** É vedada a subcontratação total ou parcial objeto desta contratação.

**1.5.23.** Fornecer armário/roupeiro, para guarda dos pertences dos funcionários que prestarão serviços na portaria do CASEM. Deverá ser fornecido uma cópia da chave de cada fechadura/cadeado ao gestor do contrato.

**1.5.24.** Disponibilizar forno micro-ondas e um frigobar para a conservação e aquecimento de alimentos ou refeições aos seus colaboradores no posto relacionado.

**1.6 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

**1.6.1.** Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;

**1.6.2.** Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;

**1.6.3.** Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

**1.6.4.** Expedir Ordem de Serviços, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início da execução explícita no documento de autorização;

**1.6.5.** Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;

**1.6.6.** Indicar instalações sanitárias;

**1.7. FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** O Gestor do CASEM, servidor designado ou superior poderá e deverá:

**1.7.1.** Ter livre acesso aos locais de execução do serviço;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 34**

---

**1.7.2.** Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado.

**1.7.3.** Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela Contratada, efetivando avaliação periódica;

**1.7.4.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**1.7.5.** Se utilizar do Procedimento de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias e Edifícios, anexo, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos;

**1.7.6.** Executar mensalmente a medição dos serviços pela quantidade de postos/dia efetivamente cobertos, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

**1.8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**1.8.1.** A contratada deverá apresentar ao CASEM, até o décimo dia útil de cada mês, a medição correspondente aos serviços executados no mês anterior.

**1.8.2.** O CASEM terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a fatura. Caso não seja aprovada, será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de devolução para sua reapresentação.

**1.8.3.** A devolução da fatura não aprovada pelo CASEM, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a contratada suspenda a execução dos serviços.

**1.8.4.** A fatura aprovada pelo CASEM será encaminhada ao Departamento de Finanças, que providenciará o pagamento.

**1.8.5.** O pagamento mensal dos serviços prestados, tão logo seja aceita pelos gestores do contrato, será efetuado, após 30 (trinta) dias corridos da liberação do aceite da nota fiscal, através de crédito em conta corrente, em nome da contratada, ou primeiro dia útil subsequente a esta, quando for feriado ou ponto facultativo do Poder Executivo.

**1.8.6.** O contratante reterá o pagamento dos valores devidos, na hipótese da contratada, não apresentar quaisquer documentações obrigatórias elencadas nas legislações vigentes.

**1.9. PENALIDADES:**

**1.9.1** Nos casos em que houver quaisquer ocorrências de não conformidade por parte da Contratada, após notificação do gestor do contrato à mesma, não tenha tomado as devidas providências para as correções, dentro do prazo máximo informado nesta notificação, a Contratada poderá sofrer pena de:

**1.9.2. Advertência:** na ocorrência de 02 (duas) infrações de atos ou procedimentos inadequados de não conformidade relacionados a esse edital, seguidos ou alternados, no período de 12 (doze) meses. Em quaisquer dos aspectos, a Contratada poderá sofrer advertência por escrito, após considerações do gestor do contrato.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 35**

**1.9.3. Multa:** Acima de 02 (duas) ocorrências subsequentes ou 04 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos, a Contratada poderá sofrer multa conforme legislações vigentes.

**1.10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, file. XXIII, AL. J)**

**1.10.1** As despesas decorrentes da presente contratação, objeto desta licitação, poderão onerar os recursos orçamentários conforme segue:

**02.18.04.122.1800.2.210.3.3.90.39.00 / 77 - Ficha = 594**  
**Vínculo: 01.110.0000 - GERAL (Recursos Próprios)**

**1.11. PRAZO:**

**1.11.1** O prazo deste contrato será de **12 (doze) meses** consecutivos e ininterruptos, contados da data estabelecida pela Autorização dos Serviços, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos nos termos e condições permitidos pela legislação vigente (lei 14.133/2021), desde que as partes se manifestem com antecedência de 90 (noventa) dias do término do prazo do contrato.

**1.12. VISITA TÉCNICA:**

**1.12.1.** Poderá ser realizada visita técnica (**opcional**), antes da data de abertura da Licitação;

**1.12.2.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar visita técnica (**opcional**), de **segunda a sexta-feira, das 8h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo **telefone (11) 4798-6798** com o servidor **Carlos Eduardo Decaro**, no Departamento de Gestão Patrimonial, Galpão do Almoxarifado Central.

**1.12.3.** Para a visita técnica, o licitante ou o seu representante deverá estar devidamente identificado.

**1.12.4.** A vistoria é “opcional” para o conhecimento do objeto e completa avaliação do serviço a ser executado, possibilitando ao licitante inteirar-se das condições e do grau de dificuldade dos serviços, para formular a sua proposta com mais exatidão;

**1.12.5.** Ainda que a licitante não faça a vistoria, não poderá alegar desconhecimento das condições previstas no item anterior.

**1.12.6.** Os custos da visita são de responsabilidade da licitante.

**1.12.7.** As licitantes se obrigam a não divulgar, publicar ou fazer uso das informações recebidas durante a visita. A simples participação na visita caracteriza o compromisso irretratável de guarda do sigilo dos dados colhidos.

**1.13. PROPOSTA**

**1.13.1** A proposta deverá contemplar todos os requisitos técnicos previstos no TR – Termo de Referência, apresentando de forma clara e detalhada as especificações relacionadas à prestação dos serviços, incluindo todas as características pertinentes e despesas envolvidas, independentemente de sua natureza.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 36**

---

**1.13.2** O prazo de validade da proposta deverá ser de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de envio da documentação ou até o período da abertura do pregão para apuração das propostas.

**1.13.3** A empresa proponente deverá apresentar sua identificação completa, contendo: razão social, endereço completo (incluindo CEP), telefone para contato, número do C.N. P.J e endereço eletrônico.

**1.13.4** A proposta deverá indicar de forma objetiva os valores unitários e/ou mensais, bem como o valor total correspondente à prestação dos serviços.

**1.13.5** Apresentação da Norma Coletiva da qual a empresa seja signatária.

**1.13.6** A proposta deverá ser acompanhada das **planilhas de composição de custos**.

**1.13.7** Os valores apresentados deverão contemplar todas as despesas necessárias para a execução do objeto contratual, tais como, mão de obra, uniformes equipamentos de proteção individual (EPIs), insumos, ferramentas e demais itens necessários. Também deverão estar incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas fretes, seguros, deslocamentos de pessoal (para instalação, vistoria, manutenção ou outras atividades pertinentes), margem de lucro taxa de administração e quaisquer outros elementos que impactarem na formação dos preços apresentados.

**1.13.8** As planilhas de custos e formação de preços deverão apresentar o detalhamento dos elementos que compõem o valor final da proposta, observando, no mínimo, os seguintes aspectos:

**1.13.8.1.** O valor da remuneração da mão de obra da categoria envolvida na execução dos serviços, conforme estabelecido no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente mais recente;

**1.13.8.2.** O valor dos encargos sociais e trabalhista incidentes sobre a remuneração da mão de obra, calculados com a base na legislação vigente incluindo a reserva técnica;

**1.13.8.3.** A concessão de vale-transporte, conforme legislação aplicável, bem como vale-alimentação ou benefício equivalente quando previsto em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou instrumento equivalente.

**1.13.8.4.** Custos relacionados aos insumos, considerando que os itens incluídos poderão variar de acordo com as características específicas de cada contrato e as disposições da norma coletiva aplicável. Os custos com equipamentos, uniformes, treinamentos e/ou reciclagem profissional, bem como benefícios concedidos a empregados, deverá ser rateado de acordo com o número estimado de colaboradores necessários para a execução dos serviços, permitindo a apuração do valor mensal da proposta de trabalho.

**1.13.9.** A inclusão dos benefícios mencionados no subitem anterior na composição dos custos somente será admitida quando comprovadamente concedidos aos empregados.

**1.13.10** A empresa deverá observar atentamente a correta aplicação do ISS (Imposto Sobre Serviços), considerando o município onde ocorrerá a prestação dos serviços.

**1.13.11** Quaisquer tributos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, que não tenham sido explicitamente mencionados ou que tenham sido apresentados de forma incorreta na proposta, serão considerados como já incluídos nos valores apresentados, não sendo aceitos pedidos



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 37**

posteriores de acréscimo a qualquer título. Assim, os serviços deverão ser apresentados sem custos adicionais ao contratante.

**1.14. CERTIFICAÇÃO**

Certificamos que este documento atende integralmente os requisitos previstos nas alíneas do inciso XXIII do art.6º, incisos do 1º do art. 40, da Lei nº 14.133, de 2021.

**GUILHERME LUIZ SEVER CARVALHO**

Secretário Municipal de Gestão e Contratações Públicas

Elaborado por: CARLOS EDUARDO DECARO  
Diretor de Departamento de Gestão Patrimonial  
Secretaria Municipal de Gestão e Contratações Públicas



**ANEXO II**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

**PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES**

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar

Mogi das Cruzes - São Paulo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026 - PROCESSO SEI Nº 3530607.422.00011394/2026-42**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS).**

**PREZADOS SENHORES:**

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas, nossa Proposta de Preços relativa à licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

O valor global de nossa proposta é de R\$... (valor por extenso), conforme **Planilha de Custos** anexa a esta Proposta.

**DADOS BANCÁRIOS:** \_\_\_\_\_

**DECLARAMOS QUE:**

. Em nossos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, fretes, descontos, bonificações, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas incidentes no fornecimento, se houver, não estando embutidos encargos financeiros agregados ao seu valor econômico, estando, portanto, ofertado(s) preço(s) à vista.

. Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

. A execução dos serviços será efetuada de conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.



**MOGI DAS CRUZES**  
PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 39**

- . O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias contados da data de envio da proposta.
- . Conhecemos as condições do Edital e seus Anexos, sujeitando-nos ao seu fiel cumprimento.

Atenciosamente,

Nome do signatário, função na empresa, assinatura, RG. e CPF.

**DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL CONTRATO:**

<b>Da Empresa</b>	<b>Do responsável pela assinatura do contrato</b>
Nome	Nome
Endereço completo	Nacionalidade
Filial representante (se houver)	Estado Civil
CNPJ	Cargo
Inscrição Estadual	CPF
E-mail	RG (nº e órgão expedidor)
Telefone(s)	Data de nascimento
	Endereço residencial completo
	E-mail institucional
	E-mail pessoal
	Telefone(s)

Atenciosamente

CARIMBO, NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 40**

**ANEXO III- 1**

**CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**  
**(emitido pela Unidade Compradora)**

**ATESTO** que o representante legal do licitante \_\_\_\_\_, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizou nesta data visita técnica nas instalações do \_\_\_\_\_, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)

\_\_\_\_\_  
(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a visita)



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 41**

**ANEXO III.2**

**DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA  
(elaborado pelo licitante)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, **DECLARO** que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

\_\_\_\_\_

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 42**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES E A EMPRESA ....., TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS).**

Pelo presente Instrumento contratual, integrado especialmente pelo Processo SEI nº 3530607.422.00011394/2026-42, de 15 de abril de 2026, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.270/0001-88, com sede nesta cidade, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Secretário Municipal de Gestão e Contratações Públicas, **GUILHERME LUIZ SEVER DE CARVALHO**, portador(a) da CIRG nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF nº ....., e de outro lado a Empresa ....., entidade jurídica de direito privado, com sede à Rua ....., nº ....., nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº ..... e Inscrição Estadual nº ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a) ..... portador(a) da cédula de identidade RG ..... e do CPF ....., a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS)**, tudo na forma, especificações que integram o processo supracitado, o qual doravante, fica fazendo parte integrante deste instrumento contratual, complementando-o em tudo quanto não conflitar com as normas legais que regem a matéria (Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021), mediante as seguintes cláusulas e sob as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1.1** - Obriga-se a CONTRATADA, pelo presente Contrato, a executar para o CONTRATANTE, os serviços de **CONTROLE, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA DO PRÓPRIO MUNICIPAL DENOMINADO CASEM (CENTRO DE APOIO A SERVIÇOS MUNICIPAIS)**, conforme exigências constantes do Termo de Referência -Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 051/2026**.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**2.1** - O presente Termo Contratual vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 051/2026** e seus anexos, em todos os seus termos, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 43**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:**

**3.1** - Pagará o CONTRATANTE à CONTRATADA, pela execução dos serviços, objeto do presente Contrato, o valor mensal de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor global de R\$ ..... (.....).

**3.2** - A medição dos serviços será mensal, devendo a contratada apresentar ao CASEM, até o décimo dia útil de cada mês, a medição correspondente aos serviços executados no mês anterior.

**3.3** - O CASEM terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a fatura. Caso não seja aprovada, será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de devolução para sua reapresentação.

**3.4** - A devolução da fatura não aprovada pelo CASEM, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a contratada suspenda a execução dos serviços.

**3.4** - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de atesto da nota fiscal ou fatura, desde que a contratada esteja adimplente com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, conforme documentações obrigatórias elencadas nas legislações vigentes.

**3.5** - Em caso de pendências ou inconformidades nos serviços prestados, o pagamento ficará condicionado à regularização, sem que isso gere direito à atualização monetária ou indenização à contratada.

**3.6** - Nenhum pagamento será realizado sem o devido atesto do Gestor do Contrato, em conformidade com o disposto nos art. 141 e 142 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA - SERÁ OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:**

**4.1** - Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização da Ordem de Serviço o planejamento e dar início aos serviços contratados no respectivo posto identificado como CASEM, nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração Municipal;

**4.2** - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**4.3** - Disponibilizar empregados em quantidade necessária, que prestarão serviços, uniformizados, portando crachá com foto recente;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 44**

---

**4.4** - Fornecer empregados qualificados em serviços gerais, controle, operação e fiscalização de portarias, digitação e operação de sistemas de controle de acesso, equipamentos de proteção, preenchimento de fichas e relatórios de atividades e ocorrências, controle de veículos e pessoas;

**4.5** - Capacitar e treinar a mão de obra a ser alocada no posto de serviço contratado com conhecimentos para operação em sistemas de controle de acesso, inclusive aqueles dotados por tecnologia de informação;

**4.6** - Fornecer empregados com instrução educacional condizente ao cargo;

**4.7** - Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

**4.8** - Manter controle de frequência/pontualidade, de seus empregados sob contrato;

**4.9** - Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale-refeição aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;

**4.10** - Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, sem ônus para os empregados, com os seguintes itens relacionados:

**4.10.1** - Duas calças, um cinto, duas camisas social e uma jaqueta ou japonsa todos personalizados com a identificação da empresa.

**4.10.2** - Sapatos com C.A (Certificação de Aprovação).

**4.10.3** - Guarda-chuva e capa de chuva.

**4.10.4** - Lanterna com pilhas ou baterias recarregáveis de uso profissional/segurança.

**4.11** - Assegurar que todo empregado contratado da empresa vencedora do certame, que cometer falta disciplinar, não será mantido no posto ou em quaisquer outras instalações da Prefeitura;

**4.12** - Atender de imediato, as solicitações da Administração Municipal, quanto às substituições de empregados, não qualificados ou entendidos como inadequados para prestação dos serviços;



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 45**

---

**4.13** - Anotar em livro próprio e relatar ao gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade observada nos postos;

**4.14** - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento do Regimento Interno do CASEM, relacionados à Segurança, Medicina do Trabalho, entre outras prevenções como de combate a incêndio nas áreas correlacionadas.

**4.15** - Respeitar a legislação trabalhista, cumprir rigorosamente as obrigações e os direitos aos trabalhadores regidos pela CLT, inclusive quanto a jornada de trabalho, entre outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional ou judicial.

**4.16** - A empresa deverá disponibilizar aparelhos de comunicação entre os porteiros e sua base (Telefone Celular, Rádio) e no posto 24 (vinte e quatro) horas, deverá, no período das 18 hs às 06 hs disponibilizar aparelho de controle tipo “alerta” para acionamento e botão tipo “pânico” para alertar a base em caso de urgência.

**4.17** - O Supervisor da contratada deverá efetuar contato com o responsável do CASEM, pelo menos 1 vez, durante a semana.

**4.18** - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto relacionado a administração ou de terceiros, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

**4.19** - Nunca fornecer telefone ou qualquer outra informação de funcionários do CASEM e prestadores de serviços para terceiros.

**4.20** - Substituir, definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sempre que exigido pelo gestor do contrato, independentemente de justificativa, qualquer profissional alocado no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatório à disciplina pela autarquia, sendo vedado o retorno dos profissionais substituídos, às dependências do CASEM, por definitivo;

**4.21** - Comunicar ao CASEM ou gestores do contrato, por escrito, quando verificar condições inadequadas dos serviços ou na iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

**4.22** - É vedada a subcontratação total ou parcial objeto desta contratação.

**4.23** - Fornecer armário/roupeiro, para guarda dos pertences dos funcionários que prestarão serviços na portaria do CASEM. Deverá ser fornecido uma cópia da chave de cada fechadura/cadeado ao gestor do contrato.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 46**

**4.24** - Disponibilizar forno micro-ondas e um frigobar para a conservação e aquecimento de alimentos ou refeições aos seus colaboradores no posto relacionado.

**4.25** - Executar as demais obrigações definidas no Termo de Referência anexado ao Pregão Eletrônico nº **51/2026**, que ficam fazendo parte do presente contrato independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA QUINTA -SERÁ OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE:**

**5.1** - Expedir a respectiva Ordem de Serviço;

**5.2** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

**5.3** - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**5.4** - Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**5.5** - Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

**5.6** - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**5.7** - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**5.8** - Nomear servidor para exercer a função de gestor do contrato, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a responsabilidade do órgão fiscalizador deverão ser direcionadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;

**5.9** - Executar as demais obrigações definidas no Termo de Referência anexado ao Pregão Eletrônico nº **51/2026**, que ficam fazendo parte do presente contrato independentemente de transcrição.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 47**

**CLÁUSULA SEXTA:** Correrão por conta da CONTRATADA toda mão-de-obra, equipamentos, materiais e tudo o mais que necessário for para a completa e satisfatória execução das obras ou serviços, bem assim, responsabilizando-se pelos encargos tributários, previdenciários e o cumprimento das normas relativas à saúde e à segurança no trabalho de seus empregados.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE TRABALHISTA E DA CONDIÇÃO PARA PAGAMENTO**

**7.1** - A CONTRATADA obriga-se a manter e a apresentar à fiscalização do MUNICÍPIO, mensalmente, antes da data prevista para o repasse de recursos financeiros, ou a qualquer tempo quando solicitada, sob pena de imediata suspensão dos pagamentos, toda a documentação comprobatória do integral cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de todos os seus empregados alocados, direta ou indiretamente, na execução do objeto deste instrumento.

**7.2** - A comprovação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante a apresentação de cópias legíveis dos seguintes documentos, em relação à folha de pagamento do mês de competência anterior ao do repasse, sem prejuízo de outros que a fiscalização do MUNICÍPIO julgar necessários para a cabal verificação da regularidade:

- a)** Registro de ponto individualizado dos empregados;
- b)** Recibos de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, devidamente assinados pelos empregados;
- c)** Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou documento equivalente do eSocial, com o respectivo comprovante de quitação bancária;
- d)** Recibos de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional constitucional, quando for o caso;
- e)** Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) dos empregados dispensados no período, acompanhados dos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias e da guia de recolhimento da multa do FGTS;
- f)** Comprovantes de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, ou de outros benefícios previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria.

**7.3** - A não apresentação da documentação listada no prazo estipulado, ou sua apresentação de forma incompleta, irregular ou com indícios de fraude, acarretará, de pleno direito e independentemente de notificação prévia, a **SUSPENSÃO IMEDIATA** de todos os pagamentos e repasses de recursos devidos pelo MUNICÍPIO no âmbito deste ajuste, até a completa regularização da pendência, a critério exclusivo da fiscalização. A referida suspensão não gerará direito à CONTRATADA a qualquer tipo de reajuste, correção monetária, juros ou indenização por parte do MUNICÍPIO, configurando-se como exercício regular de direito da Administração Pública.

**7.4**- A fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO e a exigência de apresentação



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 48**

---

dos documentos aqui previstos não excluem, não diminuem, não compartilham nem transferem a responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento. A atuação do MUNICÍPIO tem caráter meramente acautelatório, visando a mitigar os riscos de sua responsabilização subsidiária ou solidária por eventuais inadimplementos de terceiros, em conformidade com o seu poder-dever de fiscalização e tutela do erário.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR:**

**8.1** - A execução das obrigações contratuais desta licitação será fiscalizada pelo Gestor do Contrato, com autoridade para exercer, como representante da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, competindo-lhe entre outras atribuições:

**8.1.1** - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos II e III do art. 19 do Decreto 22.449/24;

**8.1.2** - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

**8.1.3** - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo tomar providências no caso de eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

**8.1.4** - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

**8.1.5** - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 19 do Decreto Municipal 22.449/24;

**8.1.6** - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

**8.1.7** - A Atuação do Gestor do Contrato deverá ser conforme os art. 20 a 21 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 49**

**8.1.8** - A gestão do contrato ficará sob responsabilidade do servidor: xxxxxx

**CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL**

**9.1** - A CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços indicados pela Secretaria Municipal de Gestão e Contratações Públicas, conforme consta na cláusula primeira, rigorosamente de acordo com as especificações, tendo como Fiscal o servidor municipal: xxxxxx

**9.2** - A atuação do Fiscal deverá ser exercida em conformidade com o disposto nos art. 22 a 23 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>

**9.3 - Compete ao fiscal:**

**9.3.1** - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

**9.3.2** - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**9.3.3** - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**9.3.4** - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

**9.3.5** - Demais ações previstas no Decreto Municipal 22.449/2024.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESERVA DE CARGOS:**

**10.1** - A Contratada deverá cumprir com a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sob pena de cancelamento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTICORRUPÇÃO:**

**11.1** - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 50**

aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.1** - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso haja interesse das partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e seguintes, desde que mantidas condições vantajosas para a Administração e mediante comprovação de interesse público, com concordância formal da CONTRATADA.

**12.2** - A prorrogação justifica-se pela natureza contínua do serviço.

**12.3** - A prorrogação contratual sucederá, a requerimento da contratada, caso ocorra necessidade e seja esta devidamente justificada e comprovada, em procedimento administrativo regular, dentro das disposições legais.

**12.4** - Este contrato tem o início da vigência após a emissão da Ordem de Serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**13.1** - Os recursos necessários ao atendimento da despesa, correrão por conta da dotação nº:

**02.18.04.122.1800.2.210.3.3.90.39.00 / 77 - Ficha = 594**

**Vínculo: 01.110.0000 - GERAL (Recursos Próprios)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Foi emitida a Nota de Reserva nº. ...., no valor de R\$ ..... (.....), à conta da dotação orçamentária especificada na cláusula anterior, para atendimento das despesas inerentes ao presente Contrato. No exercício vindouro, nova dotação deverá ser prevista para cobertura das despesas restantes do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE:**

**15.1** - Os preços contratados não serão reajustados no período de 12 (doze) meses conforme dispõe artigos 124 a 136 da Lei Federal 14.133/2021.

**15.2** - Após esse período, os preços poderão ser reajustados na forma da Lei, devendo a contratada solicitar por meio de requerimento regular protocolado junto a



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 51**

---

Prefeitura de Mogi das Cruzes, conforme estabelecido no art. 136 da Lei Federal 14.133/2021, e a partir da data do requerimento, caso tenha sido formulado após os doze primeiros meses de vigência contratual, e será considerado o índice de variação de preços IPCA-Geral acumulado no período apurado.

**15.3** - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 60 (sessenta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:**

**16.1** -Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

- I -dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II -dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III -dar causa à inexecução total do contrato;
- IV -deixar de entregara documentação exigida para o certame;
- V -não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI -não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII -ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII -apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX -fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X -comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI -praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII-praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2** -Pelas infrações previstas no item **16.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I –Advertência;
- II –Multa;
- III –Impedimento de licitar ou contratar;
- IV –Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.2.1** -A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato;

**16.2.2** -A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noitem **16.1**, observados os seguintes limites máximos:



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 52**

---

**a)** Nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

**b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

**c)** Em caso de não entrega do objeto ou rescisão do Contrato por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

**16.2.3** -A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **16.1** deste Contrato.

**16.2.4** -A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item **16.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 15.2.3 deste Contrato.

**16.3** -Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a administração pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.4** -A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

**16.5** -As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

**16.6** -Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 53**

valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.7** -Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratada o contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO**

**17.1** -São hipóteses para a extinção contratual:

**17.1.1** - Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, e finalizado o prazo de vigência.

**17.1.2** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**17.1.2.1** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**17.2** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**17.3** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**17.3.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**17.3.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**17.3.3** - Indenizações e multas.

**17.4** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**17.5** - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função nalicitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**MOGI DAS CRUZES**  
PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 54**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

Fica eleito o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes, para o deslinde de todas as questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 2 (duas) vias originais, digitadas apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando uma via com o CONTRATANTE e a outra com a CONTRATADA, tudo na presença de duas testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais. Eu, ....., o lavrei.

**PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES**, em ... de ..... de 2026.

**GUILHERME LUIZ SEVER CARVALHO**

Secretário Municipal de Gestão e Contratações Públicas

**CONTRATADA**

Nome e Cargo do Representante

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 55**

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a)** O ajuste acima referido, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** As informações pessoais dos responsáveis pelo CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e)** É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 56

CPF: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

#### Pela Contratante:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### Pela Contratada:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - FLS. Nº 57**

**ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_  
**CNPJ Nº** \_\_\_\_\_  
**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_  
**CNPJ Nº:** \_\_\_\_\_  
**DATA DA ASSINATURA:** \_\_\_\_\_  
**VIGÊNCIA:** \_\_\_\_\_  
**OBJETO:** \_\_\_\_\_  
**VALOR (R\$):** \_\_\_\_\_

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**MOGI DAS CRUZES**, em ... de ..... de 2026.

**GUILHERME LUIZ SEVER CARVALHO**  
Secretário Municipal de Gestão e Contratações Públicas